

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 20 / 04 / 2019

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 289, DE 10 DE Abril DE 2019.

Revoga a Lei nº 6.595, de 12 de junho de 1967 e dá outras providências.



A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada atribuição de nome de pessoa viva aos próprios públicos estaduais.

Parágrafo único - A proibição constante desta Lei, é aplicável às entidades que, a qualquer título, recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos estaduais;

Art. 2º A proposição que visa denominar próprios públicos estaduais deverá, obrigatoriamente, ser instruída com os seguintes documentos:

- I. justificativa do autor contendo a biografia da pessoa homenageada, com dados suficientes para evidenciar seus méritos no campo da educação, cultura, ciência, letras e artes, política, atividade profissional, empresarial ou filantrópica;
- II. data de falecimento da pessoa homenageada, comprovada por certidão de registro público competente, exceto quando a pessoa homenageada se trata de cidadão com projeção nacional;
- III. certidão negativa de condenação criminal transitada em julgado;
- IV. declaração, emitida por repartição pública, de não condenação em improbidade administrativa.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 6.595, de 12 de junho de 1967.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em _____ de _____ de 2019.

DEL. HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL

DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO
Deputado Estadual (PSL-GO)



JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por objetivo, instruir e facilitar a análise das proposições que visem denominar, com nomes de pessoas, os bens públicos do Estado de Goiás.

Esta proposta, além de agilizar a tramitação do processo legislativo, reforça o teor da Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a matéria.

O Patrimônio Público é uma importante chave política e social de reconhecimento e proteção de elementos culturais das diversas formas de existir que constituem cada canto do Brasil e que dizem respeito às suas memórias e vínculos de identidade. É de grande valia a honraria que se permite aos cidadãos concedendo a bens públicos seus nomes.

Deve-se observar, no entanto, critérios solenes quanto ao ato. Razão pela qual, em atenção a requisitos amplos disseminados pelas leis e jurisprudências do ordenamento jurídico nacional, estabelece-se por meio deste, itens que devem ser preenchidos na propositura do requerimento.

O artigo 24 da Constituição da República estabelece em seu inciso VII a competência estadual para legislar concorrentemente acerca do tema, senão vejamos:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.”

Ainda sobre o tema, a Constituição Estadual estabelece:

Art. 6º - Compete ao Estado, em comum com a União e os Municípios:

III - proteger documentos, obras, monumentos, paisagens naturais, sítios arqueológicos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, impedindo sua evasão, destruição e descaracterização;

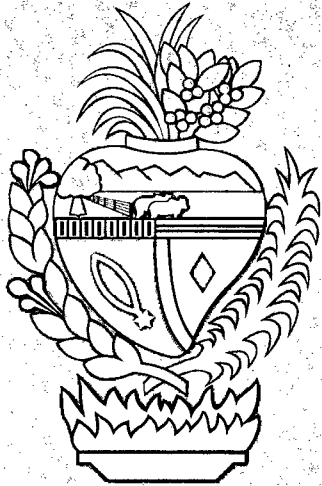
Tenho, pois, a satisfação de submeter aos meus nobres pares a presente proposta, na convicção de sua aprovação, consolidando com mister honraria de conceder a bens públicos nomes de pessoas.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2019.

DED HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL

DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

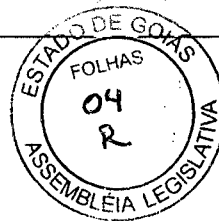
Deputado Estadual (PSL-GO)



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO
2019001848



Autuação: 10/04/2019
Projeto : 289 -AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto: REVOGA A LEI Nº 6.595, DE 12 DE JUNHO DE 1967 E DÁ OUTRAS
PROVINDÊNCIAS.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONCT. JUSTIÇA
E REDAÇÃO

Em 20/04/2019

1º Secretário

DELEGADO
HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL



PROJETO DE LEI Nº 289, DE 10 DE abril DE 2019.

Revoga a Lei nº 6.595, de 12 de junho de 1967 e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos

art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada atribuição de nome de pessoa viva aos próprios públicos estaduais.

Parágrafo único - A proibição constante desta Lei, é aplicável às entidades que, a qualquer título, recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos estaduais;

Art. 2º A proposição que visa denominar próprios públicos estaduais deverá, obrigatoriamente, ser instruída com os seguintes documentos:

- I. justificativa do autor contendo a biografia da pessoa homenageada, com dados suficientes para evidenciar seus méritos no campo da educação, cultura, ciência, letras e artes, política, atividade profissional, empresarial ou filantrópica;
- II. data de falecimento da pessoa homenageada, comprovada por certidão de registro público competente, exceto quando a pessoa homenageada se trata de cidadão com projeção nacional;
- III. certidão negativa de condenação criminal transitada em julgado;
- IV. declaração, emitida por repartição pública, de não condenação em improbidade administrativa.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 6.595, de 12 de junho de 1967.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em _____ de _____ de 2019.

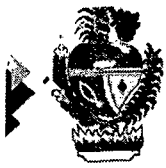
DEL HUMBERTO TEÓFILO
DEPUTADO ESTADUAL

DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

Deputado Estadual (PSL-GO)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Palácio Alfredo Nasser / Alameda dos Buritis / nº 231 / Setor Oeste / Goiânia-Go / CEP: 74.115-970
Telefone/Fax: (62) 3221-3105 / Site: al.go.leg.br / GABINETE 15



JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por objetivo, instruir e facilitar a análise das proposições que visem denominar, com nomes de pessoas, os bens públicos do Estado de Goiás.

Esta proposta, além de agilizar a tramitação do processo legislativo, reforça o teor da Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a matéria.

O Patrimônio Público é uma importante chave política e social de reconhecimento e proteção de elementos culturais das diversas formas de existir que constituem cada canto do Brasil e que dizem respeito às suas memórias e vínculos de identidade. É de grande valia a honraria que se permite aos cidadãos concedendo a bens públicos seus nomes.

Deve-se observar, no entanto, critérios solenes quanto ao ato. Razão pela qual, em atenção a requisitos amplos disseminados pelas leis e jurisprudências do ordenamento jurídico nacional, estabelece-se por meio deste, itens que devem ser preenchidos na propositura do requerimento.

O artigo 24 da Constituição da República estabelece em seu inciso VII a competência estadual para legislar concorrentemente acerca do tema, senão vejamos:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.”

Ainda sobre o tema, a Constituição Estadual estabelece:

Art. 6º - Compete ao Estado, em comum com a União e os Municípios:

III - proteger documentos, obras, monumentos, paisagens naturais, sítios arqueológicos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, impedindo sua evasão, destruição e descaracterização;

Tenho, pois, a satisfação de submeter aos meus nobres pares a presente proposta, na convicção de sua aprovação, consolidando com mister honraria de conceder a bens públicos nomes de pessoas.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2019.

DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

Deputado Estadual (PSL-GO)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) Amilton Filho

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 23/04 /2019.

Presidente: 

PROCESSO N. °: 2019001848

INTERESSADO: DEPUTADO DELEGADO HUMBERTO TEÓFILO

ASSUNTO: Revoga a Lei nº 6.595, de 12 de junho de 1967 e dá outras providências.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Humberto Teófilo, que tem a finalidade de revogar a Lei nº 6.595/1967 e vedar, em seus termos, a atribuição de nome de pessoa viva aos próprios públicos estaduais, estabelecendo requisitos que comprovem o falecimento, o mérito e a reputação da pessoa homenageada.

O presente projeto de Lei possui como objetivo instruir e facilitar a análise das proposições que visem denominar, com nomes de pessoas, os bens públicos do Estado de Goiás, além de reforçar o teor da Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a matéria.

Essa é a síntese da presente propositura.

Constata-se que a presente propositura se refere à matéria de “**controle, uso e disposição de seus bens**” e, portanto, se enquadra no âmbito da competência legislativa do Estado de Goiás, conforme exposto na Constituição Estadual:

Art. 4º - Compete ao Estado, sem prejuízo de outras competências que exerça isoladamente ou em comum com a União ou com os Municípios:

I - legislar sobre assuntos de seu interesse e, especialmente, sobre:
(...)
f) **controle, uso e disposição de seus bens.**

Nesse sentido, a Constituição Estadual também estabelece que:

Art. 6º - Compete ao Estado, em comum com a União e os Municípios:
(...)

III - **proteger documentos, obras, monumentos, paisagens naturais, sítios arqueológicos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, impedindo sua evasão, destruição e descaracterização;**



Outrossim, não há óbice constitucional federal em relação ao projeto de lei, pois a Carta Magna ao tratar da competência estadual para legislar concorrentemente sobre o tema estabelece em seu artigo 24 que:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)
VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Finalmente, o art. 1º da lei nº 7.308, de 07 de maio de 1971 da mesma forma determina que a competência exclusiva para a denominação de próprios estaduais é exclusiva do Poder Legislativo.

Ante o exposto, por não haver óbice constitucional estadual e federal, assim como legal, manifesta-se essa relatoria pela **aprovação** da presente propositura.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 23 de Abril de 2019.



AMILTON FILHO
Deputado Estadual



COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o pedido de **VISTA**

ao(s) Sr. Deputado(a) (s): Galles Barreto

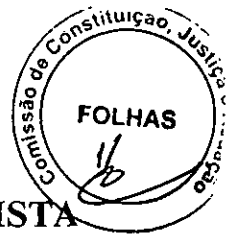
PELO PRAZO REGIMENTAL

Sala das Comissões Deputado Sólon Amaral

Em 28 / 05 /2019.

Presidente: _____

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO



A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o pedido de VISTA

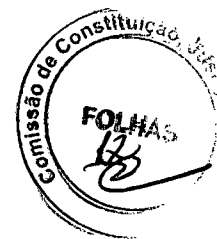
ao(s) Sr. Deputado(a) (s): Bruno Pinheiro

PELO PRAZO REGIMENTAL

Sala das Comissões Deputado Sólon Amaral

Em 04 / 06 / 2019.

Presidente: _____



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 1848/19

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 18 10 6 / 2019.

Presidente: _____